

MULHERES BAIANAS NA IMPRENSA: Práticas de periodismo, redes de solidariedades e expressões de lutas na primeira república

Márcia Maria da Silva Barreiros *

Resumo

O texto discute o processo de inserção das mulheres baianas na imprensa periódica no contexto da Primeira República. No início do século XX, a imprensa se tornou uma realidade para o elemento feminino expressar ideias, defender posições e desenvolver habilidades e competências literárias. Os textos de autoria feminina produzidos para veiculação e publicização na antiga província da Bahia, dialogaram, por sua vez, com as demandas de um tempo, onde mulheres intelectualizadas e desejosas de seus direitos, em particular, do direito à educação e à crítica da subalternidade civil feminina, construíram motes de lutas da primeira fase do feminismo. A partir do acesso à imprensa, foram forjadas redes de solidariedade entre as mulheres, que através da palavra escrita estabeleceram estratégias de luta frente ao exclusivismo masculino e senhorial no domínio da cultura letrada. A Revista A Paladina do Lar foi um exemplo de experiências exitosas que possibilitou a visibilidade social de grupos de mulheres pertencentes aos setores intermediários e de elite da cidade, ao mesmo tempo que revelou os embates travados entre os gêneros, num espaço onde a palavra impressa significava poder.

Palavras - chave: Bahia; história; mulheres; imprensa.

Abstract

The text discusses the process of insertion of Bahian women in the periodical press in the context of the First Republic. In the early twentieth century, the press became a reality for the female element to express ideas, defend positions and develop skills and literary competences. The texts of female authorship produced for publication and publicization in the former province of Bahia, dialogued with the demands of a time, where women intellectualized desired of their rights, in particular the right to education and the critique of female civil subordination, built motes of struggles in the first phase of feminism. From the access to the press, solidarity networks were forged among women, who through the written word established strategies to fight against the male domain and the manly exclusivism in literate culture. A Paladina do Lar Magazine, was an example of successful experiences that enabled the social visibility of women groups belonging to the intermediate and elite sectors of the city, at the same time, which revealed the clashes between genders, in a space where the word printed means power.

Keywords: Bahia; History; women; press.

* Docente da Universidade do Estado da Bahia - Campus I – DCH. Doutora em história social – PUC-SP. E-mail: mmbarreiros@yahoo.com.br

Historicamente a educação feminina se diferenciou da educação masculina pelas propostas pedagógicas que remontavam à organização escolar do Império e pelo processo de inferiorização a que era submetida à mulher quando os seus dotes intelectuais vinham à tona. Sendo assim, houve um relativo atraso na inserção das mulheres brasileiras, nos cursos superiores, o que na prática criou obstáculos ao processo de profissionalização das mesmas, bem como a inserção em carreiras como a literária. Necessário lembrar, que o ensino superior só foi facultado às mulheres no ano de 1879 e por força de uma lei federal.

Mesmo com todas as diversidades no que tange ao seu ingresso nos processos de escolarização formal, o elemento feminino investiu nas possibilidades de então. Muitas das primeiras publicações dedicadas ao sexo feminino no Estado da Bahia não eram dirigidas pelas mulheres, daí os limites postos. No entanto, elas entravam como leitoras e colaboradoras ativamente e colocavam em público o que pensavam. Foi assim no *Espelho*, na *Chrysalida*, no *Boulevard* e no *Recreio das Senhoras*, jornais que circularam na Província da Bahia, no período do Império. Os periódicos se transformaram num espaço privilegiado para as práticas da leitura e escrita femininas. No pensar de Arisnete Câmara, um “suporte de leitura e um elemento fundamental na constituição da leitora”. Foram também um instrumento de luta (MORAIS, 2002, p.55). Não especificamente feminista na acepção do termo atual, uma vez que estávamos no momento de desenvolvimento da chamada “consciência das mulheres num mundo de homens”. Antes de alcançarem a consciência feminista, as mulheres historicamente viveram um processo longo, complexo e contraditório, revelando continuidades e rupturas em relação às percepções anteriores (VARIKAS, 1979, p. 8).

O conceito de *consciência de gênero* serve para definir uma “etapa preliminar e um terreno propício sobre o qual o feminismo fundamentou-se”. É a fase de algumas constatações femininas: as mulheres percebem que são integrantes de uma comunidade biológica e social e que o seu grupo não ocupa a posição social merecida; cultivam a ideia de uma diferença biológica e idealizam a maternidade e o lar

(VARIKAS, 1979, p. 8). Esta “consciência de gênero” teve um percurso muito mais longo na realidade baiana e em muitos estados do país. Na Bahia, da Primeira República, a fundação da revista *A Paladina do Lar*, em Salvador, traçará o percurso de conscientização feminina.

No Brasil, os periódicos femininos que surgiram nas principais capitais, entre a primeira metade do século XIX e o início do século XX, se voltaram para temáticas tradicionais e recorrentes na chamada imprensa feminina: sociedade, família, educação, moda, casamento, maternidade e religião (BUITONI, 1986, p.07-45).

As publicações eram organizadas e produzidas por mulheres oriundas da aristocracia, das elites urbanas e de uma classe média emergente, que sabiam ler e escrever e tinham tempo para se dedicarem a tal atividade. Não raro, os periódicos neste contexto construíram perfis de escritora e leitora (HELLER, 1990). Estas inferências sobre as origens e natureza das publicações femininas servem para nos mostrar, um pouco, a mulher pertencente às elites como produtora, receptora e consumidora de um tipo de literatura e de conhecimento. No geral, eram revistas ou jornais que funcionavam como meio de construção de possíveis identidades e modelos de cidadania feminina na esfera pública, bem como canal de expressão para as sufocadas vocações literárias. Muitos teóricos da área de Comunicação e Jornalismo tendem a contrapor imprensa geral à imprensa feminina, valorizando sempre a primeira. Essa visão tradicional afirma que a imprensa deve visar ao conjunto do público e não um sexo determinado. Além disso, a imprensa geral teria no verdadeiro jornalismo, leia-se, fato político, a sua razão de ser. Contudo, a crítica atual considera algumas especificidades da imprensa feminina, negando que esteja voltada para assuntos especializados, restritos, amenos e sem fato jornalístico. A pesquisadora francesa Evelyne Sullerot classifica como femininos os “periódicos que se proclamam destinados à clientela feminina e que foram concebidos objetivando um público feminino”. A Imprensa Feminina seria, então, aquela dirigida e pensada para mulheres. Os impressos serviram ainda como meio de troca de ideias, conhecimentos e

informações entre as camadas letradas do país (BICALHO, 1989, p. 79-99).

Dentro desse espírito é que nasce *A Paladina do Lar* na primeira década do século XX. Escrita por um grupo de senhoras da elite intelectual da cidade do Salvador e destinada a um público feminino, é considerada a primeira revista feminina da Bahia na nascente República. Este projeto editorial surgiu num contexto social marcado por traços senhorialistas contrários às iniciativas literárias e intelectuais das suas mulheres. Período também em que se potencializam reformas estruturais da cidade e processos de intervenção e modernização da antiga província do Brasil. As demandas por educação e direitos femininos também atingiam, diferentemente, os centros mais urbanos do país.

A abolição da escravidão, a proclamação da República e o influxo das novas ideias europeias que adentraram o país, propiciaram transformações importantes para a Bahia. No entanto, não permitiram mudanças imediatas e substanciais no campo da cultura e da tradição da nossa senhorial sociedade. Os valores burgueses e os novos estilos de vida conviveram por muito tempo na hierarquizada Bahia, onde os padrões de sociabilidades estavam enraizados.

No que tange à dinâmica das relações entre os gêneros, podemos afirmar que foi lenta e processual, caracterizada por intensas contradições. As restrições às contribuições das mulheres na arte literária persistiam.

Portanto, nada mais comum do que um intelectual baiano, em discurso no Instituto Geográfico e Histórico da Bahia sobre o “85º aniversário do Diário de Notícias”, se referir à importância de três grandes jornais de Salvador, exaltando as qualidades dos seus editores, as suas expressividades literárias e científicas e as suas posições partidárias no intenso jogo político dos grupos sociais na cidade, sem dar ênfase a qualquer contribuição feminina à produção de impressos. A grande imprensa representada pelo *Diário da Bahia*, *Diário de Notícias* e *Jornal de Notícias*, em Salvador, é lembrada pelo jornalista Aloísio de Carvalho Filho a partir do seu poder de articulação de projetos políticos em determinadas conjunturas e, também, como meio de expressão de

talentos masculinos individuais. O que é levado em consideração como fato importante e passível de ser eternizado como registro histórico para uma História da Imprensa na Bahia, em particular, é a possibilidade de atuação e destaque de homens públicos, falando e discursando sobre temas do universo sacralizado e restrito à política, na sua dimensão partidarizada. É a ilustração de uma elite masculina e letrada deixando revelar a hegemonia do seu poder (CARVALHO, 1911).

Não havia interesse em resgatar e registrar o lugar das mulheres na imprensa periódica da terra. A única exceção nos comentários do palestrante em relação ao tão incômodo assunto ocorre quando o mesmo fala sobre a importância do folhetim enquanto atração e modelo para um público feminino. As mulheres entravam na “categoria de leitoras” de folhetins e figuravam como um grupo privilegiado e agraciado por poder ampliar as suas leituras, complementando assim a sua restrita educação (BUTONI, 1986, P. 38-39). Segundo Aloísio de Carvalho Filho, os folhetins eram leitura para moças por uma razão simples de ser constatada: “as normas rotineiras de educação ainda não lhes permitiam livre acesso a todas as fontes” (CARVALHO FILHO, 1958-1960, P. 22).

O folhetim se constituiu num recurso de atração para o público dos jornais, principalmente a partir do século XIX. Com o tempo, esse espaço do periódico foi tomado pelo romance seriado e o folhetim tornou-se sinônimo de ficção romanesca. Houve também uma progressiva associação entre a literatura folhetinesca e o público feminino.

Ainda nesta mesma palestra comemorativa, tem-se um outro registro da presença de autoria feminina nos grandes jornais da época. A publicação no Diário da Bahia do romance *Abigail*, em forma de folhetim, da escritora Anna Ribeiro G. Bittencourt (1843-1930), no ano de 1921, traz à lembrança do referido orador a raridade da publicação feminina, que o faz relacioná-la imediatamente ao grau de parentesco existente entre o redator-chefe do jornal e a escritora. O redator responsável pelo jornal era o senhor Clemente Mariani, neto da escritora Anna Ribeiro.

Desta pequena análise do extrato da memória do jornalista Aloísio de Carvalho Filho, emergem duas

interrogações essenciais para os estudiosos que pretendem historicizar as práticas e experiências culturais de grupos femininos em determinados contextos, notadamente no de modernização das relações entre os gêneros e de crescente reorganização dos códigos de vida urbana e sociabilidades em Salvador das primeiras décadas do século XX (BESSE, 1999). A primeira questão que o texto do jornalista nos sugere é a da necessidade de se pensar as possíveis relações entre o periodismo e as práticas e representações femininas na Bahia, bem como as expressões de sororidade e lutas pela palavra impressa no contexto.

Constata-se numa rápida apreciação da nossa historiografia a urgência em se refletir acerca de uma história social mais crítica, onde as mulheres se apresentem como autoras, publicizadas ou não, e partícipes de projetos de poder que as relacionam e as afastam, ao mesmo tempo, do mundo das letras, da grande ou pequena imprensa, de um periodismo e de processos de letramentos subjacentes a uma sociedade que se pretendia civilizada. Com certa margem de precisão, podemos afirmar que as mulheres das classes superiores não foram apenas receptoras de modelos oficiais de educação e socialização colocados em vigência por instituições tradicionais como a Igreja, a Família, a Imprensa e o Estado. Muito pelo contrário, elas se fizeram, de algum modo, presentes na elaboração, na negação e/ou na transformação da naturalizada divisão sexual que a sociedade moderna construiu. O espaço da Imprensa, neste caso, teve papel fundamental.

Seguindo Susan Besse, faz-se necessário revisitar o sistema de gênero no Brasil do início do século XX para que se possa entender como ocorreu a modernização nas relações entre os homens e as mulheres em uma dada sociedade. A brasilianista defende a tese de que não houve alteração na estrutura de desigualdade entre os gêneros no Brasil republicano. Analisa também o sistema de gênero como produto do conflito político e social.

Também interessa perceber as razões e motivações históricas pelas quais as mulheres, com demandas de lutas específicas do seu momento – a exemplo da emergência dos primeiros movimentos pelos direitos femininos em capitais do país –, experimentaram em

suas trajetórias de vida, as mais variadas formas de inserção nos modos do viver urbano. A segunda questão que a leitura do texto do jornalista sinaliza vai na direção da primeira. Qual o grau de consciência que os sujeitos históricos tinham da importância da sua escrita e da sua voz na imprensa? Em situações específicas muitas vezes ecoaram como uma caixa de ressonância em ambientes sociais, formando opiniões, valores e hábitos, para a construção de identidades de classe e gênero. O projeto da revista *A Paladina do Lar* em parte representa esta opção.

A investigação dos escritos – poesias, contos, romances, traduções, quadrinhas, artigos editoriais, crônicas – publicados em jornais, revistas e folhas avulsas, apontou para uma discussão acerca da escritura denominada de feminina. Esta escritura está ligada à construção de memórias sociais variadas, inclusive na sua dimensão de gênero.

A discussão contemporânea sobre a escrita feminina ou o ‘modo de escritura do feminino’ avançou muito no campo da crítica literária especializada, dos estudos da literatura comparada e da historiografia feminista. Segundo Lucia Castello Branco, a categorização de uma certa modalidade de escrita como feminina é incômoda e bastante polêmica. Contudo, a estudiosa nos adverte que o termo pode ser utilizado a partir de uma perspectiva que se localiza entre o sexual e o além-sexual. Faz-se necessário observar que a escrita feminina não corresponde sempre a uma oposição ao que denominamos de escrita masculina e oficial, apesar de no tipo de escrita feminina o corpo ocupar um lugar privilegiado. Isto posto, a reflexão se torna mais complexa: o feminino não é a mulher, mas a ela se relaciona, pois, embora este feminino se defina como não-masculino, nem sempre significa uma oposição ao masculino. Lúcia Branco ainda nos diz que a escrita feminina aproxima-se do poético e está sempre de alguma forma e, em certa medida, ligada a mulher e às dimensões da memória e da desmemória, onde os silêncios, lapsos e esquecimentos estão presentes (BRANCO, 1991, p. 11-17; p. 23-30; p. 36).

Portanto, entendida a conceituação, podemos analisar a constituição, os avanços e os limites históricos da escrita das mulheres num periódico dito feminino, relativamente duradouro, no alvorecer dos novecentos. A experiência da primeira revista editada por mulheres

na Bahia republicana se constitui numa possibilidade concreta para vislumbrar as questões acima colocadas. A justificativa da escolha da revista *A Paladina do Lar* deveu-se basicamente a alguns fatores, a saber: a qualidade e riqueza de textos redigidos por mulheres expoentes da sociedade baiana; a existência da coleção na biblioteca do Mosteiro de São Bento, na sua sede de Salvador; a possibilidade de leitura crítica de uma documentação originalíssima, no que diz respeito à exposição ao mundo público de um projeto selecionado por uma parcela de mulheres que viveram um período pleno de tensões. Refiro-me a um contexto onde as ideias e as ações feministas cresceram no mesmo compasso, ou descompasso, dos projetos reformistas ultramontanos da Igreja Católica, cujo principal propósito era divulgar condutas moralizantes para os indivíduos e salvaguardar a família cristã frente aos “progressos” da civilização. Por mais paradoxal que pareça, foram às mulheres católicas praticantes as porta-vozes de reivindicações femininas. As representantes da vanguarda cristã vão elaborar estratégias de luta em nome do pudor, dos bons costumes, do casamento, da família, do direito da mulher à educação, ao lazer e à maternidade.

A historiadora Kátia Mattoso, ao comentar a tradição do trabalho assistencialista e filantrópico das baianas na cidade, acentua a presença de grupos femininos no processo de propaganda católica. Desde o final do século XIX as mulheres foram chamadas a participar do movimento de reformulação da Igreja católica, principalmente, no que se refere à prática dos sacramentos e das novas devoções. Os membros femininos das elites baianas foram utilizados como instrumento de catequese dada a sua influência na família (MATTOSO, 1992).

Com uma nítida orientação cristã, a revista *A Paladina do Lar*, de publicação mensal, foi fundada em Salvador, no ano de 1910, por um grupo de intelectuais católicas pertencentes aos setores sociais intermediários e da elite baiana. Por iniciativa da *Liga Católica das Senhoras Baianas* e contando com o apoio da Igreja, a revista feminina foi organizada e voltada especificamente para as mulheres. O programa defendido pelo grupo fundador tinha, entre seus objetivos, propagar ideias moralizadoras e conhecimentos úteis às mulheres e divulgar a

orientação cristã para as famílias. *A Paladina do Lar*, primeiramente denominada de *A Paladina*, foi inicialmente publicada pela Tipografia Salesiana, passando depois para Tipografia Beneditina. Sua primeira diretora e redatora chefe foi a escritora Amélia Rodrigues (1861 -1926), que permaneceu no cargo até janeiro de 1912, sendo substituída por Maria Luiza de Souza Alves (1862-1945) (OLIVEIRA, 2000).

A Liga Católica das Senhoras Baianas surgiu em 1909 com o firme propósito de propagação da moral cristã. A Liga se reunia mensalmente com autoridades religiosas, no mosteiro de São Bento, para deliberar sobre as ações do grupo junto à comunidade. Esta instituição pode ter seguido os passos das suas congêneres, existentes nos países da América Latina, nos Estados Unidos e na Europa. *A Paladina* transcrevia e comentava artigos de vários jornais e revistas católicas do mundo (OLIVEIRA, 2000, p. 13-15).

No primeiro relatório anual do periódico, a secretária Maria Elisa V. Moniz de Aragão lembrava às suas conselheiras que *A Paladina do Lar* nasceu também com o objetivo de desenvolver o gosto literário e artístico e para preencher “uma sensível lacuna em nosso meio” (A PALADINA DO LAR, 1911, p. 26-29)

A redação do referido periódico ficava a cargo de pessoas influentes na sociedade, como a escritora Amélia Rodrigues, a professora Maria Luiza de Souza Alves, a musicista Maria Elisa Moniz de Aragão, Bitta Spinha de Atayde Cunha, Philomena Lustosa de Souza e outras colaboradoras, inclusive, a escritora Anna Ribeiro de Goes Bittencourt. Alguns representantes da Igreja participavam esporadicamente. As matérias e editoriais que compunham a revista traziam informações diversificadas sobre o mundo feminino: moda, educação, festas, política, literatura, comportamento, saúde, casamento. Os seus artigos discorriam ainda sobre a pátria, os fatos históricos, as religiões, as artes e as ciências, os problemas da cidade, as notícias nacionais e internacionais. Possuía uma seção permanente de piadas, provérbios, curiosidades e poesias. Além disso, publicava traduções de contos, comédias, dramas e romances de folhetim da literatura universal. A revista, durante a

sua existência, empreendeu uma intensa propaganda para atrair assinantes. A continuidade dos seus números por quase uma década, por si só já demonstrava a vitalidade da primeira proposta de imprensa feminina no Estado.

Alguns estudos biográficos e memorialísticos registraram a importância da revista, não apenas como veículo que oportunizou expressões literárias femininas, mas também como um espaço de discussão sobre a subalternidade civil da mulher. As escritoras baianas de reconhecido mérito Amélia Rodrigues e Anna Ribeiro de Góes Bittencourt foram colaboradoras e partícipes do projeto de *A Paladina do Lar*, que desde o primeiro momento lançou a sua proposta de “propagar ideias moralizadoras e conhecimentos úteis” às mães de família.

A colaboração de Amélia Rodrigues no periódico exemplifica uma trajetória de militância muito particular da causa feminista baiana. Adepta do que denominou “feminismo cristão”, a intelectual questionava as atitudes que aprisionavam as mulheres na esfera doméstica e propunha um rompimento com os “preconceitos científicos” da mentalidade local. Afirmava, ainda, que as mulheres deveriam ampliar as suas ações para o domínio do público. No entanto, a mesma autora criticava os excessos do movimento sufragista, bem como as propostas de emancipação da mulher moderna, leia-se, profissões masculinizadas, amor livre, etc. (ALVES, 1998, p. 118-119). Distante do discurso de algumas revistas e jornais femininos europeus, que já no século XIX se constituíram num “modo de expressão do feminismo”, (PERROT, 1998, p. 57-87) a ambiguidade da fala da escritora nos remete para as particularidades do movimento baiano.

A longevidade de oito anos da revista, com publicação ininterrupta dos seus números, é bastante significativa, sobretudo quando lembramos que não era comum nesse período que uma revista, qualquer que fosse o seu público alvo, completasse muitos anos. Em Recife, a revista *O Lyrio*, fundada em 1903 e escrita só por senhoras, durou cinco anos.

No Brasil deste período, já ocorriam algumas experiências de jornais feministas. A baiana Violante Atabalipa Bivar, em 1852, fundava no Rio de Janeiro *O Jornal das Senhoras*, com a intenção de “propagar a

ilustração e cooperar com todas as suas forças para o melhoramento social e para a emancipação moral da mulher”. Considerado o primeiro periódico feminino brasileiro de que temos notícia, *O Jornal das Senhoras* provocou entusiasmo no mundo da Corte, fazendo com que aflorassem muitas contribuições femininas (VIDAL, s/d, p.123). Violeta Bivar exerceu a função de redatora e editora e foi considerada como a primeira jornalista brasileira. Além de “*O Jornal das Senhoras*” criou também “*O Domingo*”.

O histórico da criação de jornais dirigidos por mulheres espalhadas pelo Brasil era um fato conhecido por intelectuais baianas bem informadas, como Amélia Rodrigues. Ela e outras senhoras, literatas ou não, investiram nesta forma de comunicação que lhes colocava diante de novas situações. Entraram para o mundo da imprensa, cujas experiências serviram para a reelaboração das suas subjetividades e identidades, para ampliar a arena das representações entre os sexos e proporcionar, em parte, conquistas sociais. O direito feminino ao exercício literário e à inclusão na esfera cultural da sociedade, por si só garantiu o sucesso da imprensa na terra.

Foi muito importante a publicação de *A Paladina do Lar*, se levarmos em conta um contexto político pleno em restrições e as dificuldades que cercavam o ato da escrita feminina e a sua possível divulgação pública.

Foram as duas principais responsáveis pela edição do periódico, Amélia Rodrigues e Maria Luiza de Souza Alves, que despertaram para a necessidade de criação de um órgão de comunicação e propagação das ideias, pensamentos, atividades e ações do grupo das senhoras católicas. As fundadoras também tinham a consciência do poder da imprensa na sociedade moderna, como também da possibilidade prática de inserção feminina, num mundo público dominado pela lógica de exclusão, herança de uma cultura senhorial.

Coincidência ou não, o fato é que um ano antes da grande celebração do primeiro centenário da imprensa na Bahia (1911), a revista *A Paladina do Lar* foi fundada e apresentada à sociedade por Amélia Rodrigues, a sua redatora-chefe. A educadora, através de um discurso aparentemente despretensioso, solicitava um misto de apoio e aquiescência ao projeto, por parte daqueles que faziam e controlavam a

imprensa. Através de uma justificativa plausível – a luta pela moral – para tão ousada iniciativa, a escritora utilizava-se de um artifício para dirimir dúvidas sobre a proposta da revista e/ou seus reais interesses, perigos e ameaças. Utilizava-se da leitura idealizada e estereotipada sobre o sexo feminino corrente no imaginário social da época, enfatizando a fraqueza, a domesticidade e a abnegação como características que assegurariam a normalidade, a submissão e o enquadramento das mulheres e, necessariamente, o seu projeto de imprensa. O trecho selecionado e alvo das nossas reflexões evidencia, ainda, um pedido explícito de licença, talvez, com um certo exagero da expressão, uma espécie de salvo-conduto.

É mesmo em torno do tão festejado centenário da imprensa baiana que nós podemos incursionar pelas ricas falas femininas produzidas no limiar do século XX e apreender os objetivos específicos de *A Paladina do Lar*, enquanto porta-voz de um ethos cristão, que se desdobraria em tudo o que é comumente esperado e aceito para uma revista de orientação religiosa: a defesa da moral e dos costumes, a propagação de atividades caritativas, as ações pedagógicas etc. Este talvez seja o lado mais edificante e construtivo, diriam as elites governantes da cidade, da nova revista. Para a Igreja e as ordens religiosas, representaria o lado coerente da defesa dos princípios reformulados da Santa Sé. Visto nessa perspectiva, torna-se evidente o nível de aceitação, por parte das autoridades locais, do novo empreendimento feminino.

Contudo, acreditamos que o conhecimento acerca das tensões sociais provocadas pela criação de uma revista feminina, no contexto de emergência de uma “modernidade burguesa” e de um viver urbano bem singular, pode nos trazer importantes evidências acerca da dinâmica cultural da Salvador novecentista. Explica, por exemplo, os conflitos entre uma camada de letrados, portadores das insígnias da ilustração, e as mulheres intelectualizadas, portadoras de reivindicações, mas sem o prestígio e poder masculinos amealhados ao longo da história. A imprensa feminina, no caso de *A Paladina do Lar*, deve ser entendida na sua relação de embate ou mediação com a prestigiada grande imprensa. Mesmo porque, ela juntamente com os outros órgãos, produziram imagens sobre a cidade, do mesmo modo que divulgou e influenciou hábitos,

costumes e comportamentos. Em algum momento a cidade vai ser pensada sob o prisma do olhar feminino. Esta mesma cidade, lócus de sociabilidade comum ao grupo de mulheres, que fazem deste espaço um palco de mudanças, transigências, transgressões e diferentes experiências, inclusive a de se fazer imprensa.

Ao transformar em letras impressas as suas produções literárias, até então confinadas nos cadernos, diários e folhas avulsas, as mulheres potencializaram os conflitos inerentes às relações entre os gêneros. Fundamentalmente porque estabeleceram saberes e disputaram poderes. A literatura era sinônimo de prestígio e poder.

De qualquer modo, é essencial desautorizar qualquer análise que associe apressadamente o projeto da revista feminina a apenas o seu objetivo mais transparente e propalado: a defesa da religião, colocando as suas promotoras como uma massa amorfa no processo histórico. As próprias fundadoras da revista já nos testemunhavam, ainda nos desdobramentos das festas do Centenário do jornalismo, no ano de 1911, na cidade de Salvador, como pensavam a imprensa naquele momento e, também, a luta pelos direitos civis da mulher através do novo meio de comunicação.

Numa série de quatro conferências, a escritora Maria Luiza de Souza Alves traçou um panorama histórico da imprensa no Ocidente, demonstrando conhecimento o suficiente para, ao longo dos artigos, opinar sobre o que considerava a imprensa: “a rainha actual do universo do pensamento” e o “veículo do pensamento humano” contemporâneo. Além disso, viu claramente a possibilidade do veículo servir como divulgação da ciência, como um passatempo e como forma de prazer: “a imprensa nos apresenta a ciência e a distração”. Para a autora, não havia incompatibilidade entre religião e imprensa, daí a propaganda recorrente da imprensa religiosa que, na sua opinião, não era adversária nem do progresso social nem da instrução do povo (*A PALADINA DO LAR*, 1912, p. 351-352). Maria Luiza de Souza Alves atualiza as preocupações da Igreja às demandas sociais de determinados grupos naquele contexto, fazendo apologia à “boa imprensa” e sempre a associando à “ação católica” e ao postulado pedagógico. É na defesa da moral e dos costumes sociais que a imprensa aparece, aos olhos da escritora,

na sua primeira função (A PALADINA DO LAR, 1912).

Pensado no seu viés religioso, nesse tempo de “progresso”, o periódico se transforma num “meio de fazer propaganda rápida e duradoura” (A PALADINA DO LAR, 1911, p. 3-7). É necessário, todavia, percebê-lo tanto pela possibilidade de difusão da mensagem cristã e educativa, como pela divulgação da matéria intelectual. Amélia Rodrigues não ficou indiferente às concepções ideológicas e políticas que permearam a constituição do jornalismo na cidade.

A partir do texto produzido “a propósito do centenário da imprensa”, torna-se evidente a percepção de Amélia Rodrigues a respeito da situação da imprensa no Brasil e em Salvador. Ela comenta vários aspectos relacionados ao mundo – ou submundo – da informação jornalística: a duração e a qualidade dos periódicos postos nas urbes; a inoperância e as arbitrariedades de alguns jornais; a moral e a ética dos que escrevem; a lógica imposta por um jornalismo oportunista que se aproveita da ignorância do povo; o significado da imprensa religiosa; a falta de recursos financeiros para a manutenção das folhas periódicas; a preferências dos leitores por temas não tão edificantes, para a escritora, como “politicagem e pornographia”, e, por último, as dificuldades que cercam o trabalho de impressão, distribuição e circulação (A PALADINA DO LAR, 1911).

Depreende-se dessa variedade de assuntos levantados num só texto, a sólida formação intelectual da professora. A crescente profissionalização de Amélia Rodrigues foi o caminho pelo qual obteve reconhecimento e prestígio social na capital baiana, não só como educadora, mas como literata, poetisa, dramaturga e militante das causas feminista

e religiosa (ALVES, 1998). Em trabalho citado, Alves concluiu que foi nos seus textos paraliterários que a Amélia Rodrigues melhor explicitou a “sua preocupação com a condição feminina de sua época”. Consciente da sociedade em que vivia e bem informada acerca das transformações que ocorriam no Brasil e no mundo, Amélia Rodrigues exerceu a sua função de jornalista, informando e noticiando ao público, fatos relacionados ao movimento feminista.

Nada escapava ao seu olhar arguto de jornalista. Versava sobre temas das mais diversas ordens, além de conhecer proximamente as fases da produção de um periódico, a “manufatura” de um jornal. Quando da sua transferência para o Rio de Janeiro foi convidada para dirigir publicações religiosas com os padres salesianos (PAIVA, 1997, p.135). Foi ela também a responsável pela revista *Luz de Maria*, da cidade de Niterói. Um exemplar da revista *A Resposta*, fundada pelo Frei Pedro Sinzig, noticiou a sua participação no jornalismo.

Amélia Rodrigues obteve a experiência na arte de fazer imprensa em Salvador, onde dirigiu *A Paladina do Lar* e *A Voz da Liga Católica das Senhoras Baianas*, fundada em 1913.

A colaboração dessa escritora para *A Paladina do Lar* exemplifica uma trajetória de militância *sui generis* da causa feminista. Como uma pessoa religiosa e defensora do catolicismo, filtrava e selecionava ideologicamente as notícias publicadas; nada mais natural, por conta do patrocínio e aval recebidos da Igreja. A ambiguidade do seu discurso, na defesa de interesses muitas vezes conflitantes - igreja e feminismo - fez com que desenvolvesse um poder de articulação e mediação como uma provável estratégia de sobrevivência para manter-se atuante na imprensa. Para alguns dos seus (as) críticos (as) foi a representante-mor do denominado “feminismo cristão”. Neste, a luta estava centrada na moralidade religiosa e na preservação da família. A mulher era vista como um ser diferente e não inferior em relação aos homens. Com funções sociais específicas, ela deveria ter direito ao progresso intelectual e moral, haja vista ser a responsável pelo futuro da Pátria. O casamento e a maternidade foram bastante valorizados, bem como o universo doméstico.

Mas a preocupação com a educação feminina estará preservada nos inúmeros conselhos, indicação de “boas leituras” e nas lições de moral presentes nos contos e estórias pedagógicas publicadas pela revista. Havia razões importantes para *A Paladina do Lar* orientar as jovens em leituras saudáveis. No artigo “Credo dos que sabem ler”, assinado por uma colaboradora com o pseudônimo de Ruth, emerge a representação idealizada da leitora católica. A revista procurava atingir, além das senhoras, um público de jovens e

adolescentes com o intuito de formar desde cedo a sua consciência para os valores cristãos.

De um modo geral, parte do apostolado da igreja católica do Brasil assumiu a tarefa de pensar a formação feminina. Cônsua do espaço e do poder da imprensa, a instituição “fez do periódico um instrumento para o seu proselitismo”, divulgando os seus objetivos e cooptando adeptos para a sua missão. Apesar da separação ocorrida entre a Igreja e o Estado, a sociedade republicana teve que conviver com a ingerência da religião em vários setores, inclusive na educação (MARTINS, 2001, P.355). As influências das teorias científicas naturalistas, da filosofia positivista e do anticlericalismo produziram, por sua vez, uma campanha de recristianização entre o final do século XIX e o início do XX.

Dispondo de melhores recursos materiais e relativa infra - estrutura, a Igreja ofereceu as suas gráficas e oficinas a um público interessado na sua propaganda. Por isso a sua imprensa teve “papel decisivo de controle da palavra e das mentes”. Na Bahia não foi diferente. Os salesianos e beneditinos foram mestres na técnica de produção de impressos. Tanto *A Paladina do Lar* como *A Voz* aceitaram o apoio dos religiosos.

A influência dos valores cristãos refletia nas reivindicações femininas das senhoras católicas. Convencionou-se denominar de “feminismo cristão” o defendido por intelectuais como Amélia Rodrigues e Maria Luíza de Souza Alves. Em diversos artigos as duas autoras procuravam separar as suas propostas das de grupos ligados ao sufragismo e a um tipo de “feminismo ridículo”, leia-se, radical. Elas não pregavam a igualdade dos sexos, muito menos, a liberdade feminina. Colocaram restrições ao exercício de certas profissões e enfatizaram a necessidade da mulher no lar, assumindo os papéis de esposa e mãe. A instrução feminina era defendida como meio de elevação moral e intelectual do seu sexo. Avaliavam que o magistério e as letras eram campos plausíveis de atuação. E na prática esta assertiva foi comum.

Na Bahia, era possível ser religiosa praticante e, ao mesmo tempo, defensora dos direitos femininos modernos. O imaginário social comportava os “paradoxos” presentes - e inerentes - às experiências dos sujeitos femininos.

Dentro das possibilidades históricas, as mulheres avançaram processualmente a uma consciência de gênero. Novamente, a leitura de Eleni Varikas sobre o feminismo do século XIX, vem lembrar que a ideia de diferença biológica entre os sexos estava enraizada na cultura, moldando o pensamento de mulheres e homens. Para Varikas,

“os meios que os oprimidos utilizam para se auto-definir são sempre emprestados da ideologia dominante, isto é, a mesma ideologia dos seus opressores. É a cultura dominante que lhes fornece, ao mesmo tempo, as possibilidades e os limites de uma reelaboração dos sistemas simbólicos, de uma inversão dos sistemas de valores, de uma reinterpretação das crenças e das tradições” (VARIKAS, 1979).

Sendo assim, a produção literária das colaboradoras de *A Paladina do Lar* refletia a opção por temas diversos, mas presos a uma abordagem de fundo moral e religioso. A poesia relacionava-se à religião e à natureza; os contos narravam histórias de conversões ou biografias de homens santos; os folhetins e as peças de teatro estavam recheadas de lições de comportamentos. A discussão sobre a moda, as artes e os fatos sociais de Salvador dava um tom mais recreativo e mundano à publicação.

Muitas delas se envolveram profundamente na análise dos problemas do cotidiano feminino. Como intelectuais atuantes na sociedade, pensaram a educação/formação da mulher e as questões da saúde e da higiene. Estas ideias as mantiveram atualizadas com as demandas de outras mulheres espalhadas pelo país. Uma rede de interação foi tecida a partir de interesses de temas que no contexto eram comuns. Para as autoras era importante publicar e divulgar o seu trabalho, como também conhecer a produção de escritoras que atuavam fora do seu círculo social e geográfico. Não é à toa que se preocupavam com a manutenção das assinaturas fora do seu estado de origem e com os processos de permuta de jornais e revistas de outras localidades. A questão não era meramente econômica e sim de sobrevivência cultural. A ampliação do público leitor era uma exigência. A maioria das revistas que circularam no período manteve uma seção especial para as correspondências recebidas.

Para Maria Pessoa, uma rede de cumplicidade, não raro, se estabelece entre editoras, colaboradoras e leitoras no processo de produção intelectual. O

fenômeno da sororidade muito discutido pelas estudiosas francesas, serve para “designar e analisar a recorrência de expressões de solidariedade unindo escritoras/leitoras” (PESSOA, 1995, p. 87-105). Não foi um fenômeno estranho à nossa realidade. Inúmeros são os exemplos que mostram as autoras baianas publicando em periódicos de outros municípios, estados e até países e em correspondência com outros órgãos de imprensa. Anna Autran, Inês Sabino, Anna Ribeiro de G. Bittencourt, Adelaide Guimarães, as irmãs Eufrosina e Áurea Miranda, Francisca Prager Fróes, Amélia Rodrigues são exemplos concretos.

Nesta rede de intercâmbio solidário podemos distinguir três níveis ou categorias de textos femininos: o que falava sobre outra mulher; o que falava para outra mulher; o que falava pela outra mulher. Em resumo, estas categorias nos informam as características textuais marcantes da rede de sororidade. Primeiramente, os textos que traziam comentários e divulgação do trabalho literário realizado por mulheres, num misto de propaganda e reconhecimento. Em segundo lugar, os que faziam apelo e encorajavam as mulheres à escrita e à publicação. A homenagem mútua, a troca de sonetos, as dedicatórias revelavam redes de apoio e louvação eficientes. Por último, os textos de manifestação, aonde se denunciavam “situações de injustiça, de dependência, de opressão”. Todas as três modalidades de fala feminina expressam sentimentos de solidariedade de gênero (PESSOA, 1995, p. 104).

Em 1903, a revista *O Lyrio*, de Recife, divulgava nas suas páginas o trabalho de “duas senhoras ilustres”. Referia-se às baianas Anna Ribeiro de Góes Bittencourt e Francisca Barretto Prager. A autora da coluna, Maria A. Meira de V. Freire, assim se justificou ao publicar o texto: “penso prestar algum serviço aos leitores d’O Lyrio divulgando os nomes d’essas illustres senhoras, que honram o sexo a que pertencem”. Com o objetivo explícito de incentivar e dar visibilidade à criação feminina, o periódico pernambucano, exclusivamente escrito por senhoras, revelava uma mini - biografia das escolhidas, a relação de troca entre uma baiana e uma pernambucana e, ainda, os méritos sócio-profissionais de Anna e Francisca. O estado de Pernambuco sempre foi um polo de contato para os baianos. A proximidade

geográfica e o fato da capital sediar instituições importantes, como a Faculdade de Direito, permitiram uma troca cultural intensa entre as mulheres nordestinas. Já no século XIX, precisamente em 1875, a jovem baiana Anna Autran colaborava com o poema *Esperança* para *O Myosotis*, jornal de Recife, cuja redatora e proprietária era a senhora Maria Heráclia (AUTRAN, 1875).

Anos mais tarde, a escritora Inês Sabino (1853-1911) “sustentava uma rede de colaboração com revistas de outras cidades”, enviando textos para a revista abolicionista *Sociedade Ave Libertas*. Crítica do sistema escravista, a militante ofereceu à diretoria da *Ave* o poema “Away”. A baiana Inês Sabino continuou participando da imprensa pernambucana, mesmo quando residente no Distrito Federal.

Para *O Lyrio* enviou, entre 1903 e 1904, uma produção variada: poema, carta, crônica e conto. Outros estados receberam bem a sua literatura. Nos periódicos de Alagoas, do Rio de Janeiro e de São Paulo, a sua capacidade intelectual foi reconhecida e a sua luta pelos direitos individuais dos índios, escravos e mulheres, valorizada. À baiana que migrou para Recife foram proporcionados estudos filosóficos e literários com os intelectuais Tobias Barreto e Pedro Autran da Matta Albuquerque (SIQUEIRA, 1995, p. 167). No *Almanach de Lembranças Luso-Brasileiro*, em Portugal, assinou, em 1896, 1900 e 1905, os trabalhos “Sobre Uma Fita”, “A Vida”, “A Mulher Brasileira: Moral”, “Direitos Femininos” e “D. Amélia de Alencar”. Neste último, apresenta a sobrinha do escritor José de Alencar, como uma literata respeitada, jornalista atuante e fundadora da Liga Feminista Cearense. Conclui dizendo: “é boa, nova, inteligente e activa”. Na lógica da solidariedade, Sabino tece elogios e prestigia a escritora brasileira.

O Mundo literário português já conhecia, em parte, o interesse das baianas pelas letras.

É na revista *A Voz*, onde Anna Ribeiro colaborava, que a rede de apoio mútuo ocorria frequentemente. Em 1915, é registrado o nome de Mariúna Thomé da Silva, como sócia correspondente de *A Voz* no Rio de Janeiro. Dois anos antes, a editoria da revista pedia para uma colaboradora anônima se identificar em carta, urgentemente. Em troca, a garantia de que o órgão

faria “*reserva absoluta*”. As editoras alegavam que precisavam conhecer o nome de todas as amigas e cooperadoras (A VOZ, 1915).

Longe do anonimato, Maria Elisa Moniz de Aragão se identificava no texto que redigiu para a *Revista Popular*, na Bahia, sobre “Choppin e a sua música”. Em São Paulo, a revista *A Mensageira* acusou, na sessão “Recebemos e Agradecemos”, o recebimento do exemplar do periódico baiano em que constava a escrita da artista baiana, fazendo a propaganda da *Revista Popular* (A MENSAGEIRA, 1987, p. 144).

No geral, a rede de solidariedade feminina se constituiu uma possibilidade concreta de troca de experiências literárias e culturais num contexto de restrições. O fenômeno da polifonia mostrou a diversidade das reivindicações femininas dos centros urbanos do país e, também, a dimensão histórica do fazer-se leitora e escritora. Mostrou, por último, os interesses comuns que uniam mulheres de longínquos lugares.

Referências

- SABINO, Inês. *Mulheres Illustres do Brazil*. (Edição Fac-similar) Florianópolis/santa Catarina, Editora das Mulheres, 1996.
- ALVES, Ívia (org.). *Amélia Rodrigues: Itinerários Percorridos*. Salvador, NICSA/Bureau, 1998.
- BESSE, Susan K. *Modernizando a Desigualdade: reestruturação da ideologia de gênero no Brasil, 1914-1940*. São Paulo, EDUSP, 1999.
- BICALHO, Maria Fernanda Baptista. “O Bello Sexo: Imprensa e Identidade Feminina no Rio de Janeiro em Fins do século XIX e Início do século XX”. In COSTA, Albertina de Oliveira & BRUSCHINI, Cristina (orgs.). *Rebeldia e Submissão: Estudos sobre Condição Feminina*. São Paulo, Fundação Carlos Chagas/Edições Vértice, 1989,
- BRANCO, Lúcia Castello. *O que é Escrita Feminina*. São Paulo, Brasiliense, 1991.
- BUITONI, Dulcília Schroeder. *Imprensa Feminina*. São Paulo, Ática, 1986.
- CARVALHO FILHO, Aloísio de. “Jornalismo na Bahia: 1875-1960”. *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*. Salvador, nº. 82, 1958-1960
- HELLER, Barbara. *Mulheres Entre Linhas: Imagens da Leitora Brasileira do Início do Século XX*. Dissertação de Mestrado, São Paulo, Mestrado em Ciências da Comunicação/USP, 1990.
- MARTINS, Ana Luiza. *Revistas em Revista: imprensa e práticas culturais em tempos de República, São Paulo (1890-1922)*. São Paulo, EDUSP, FAPESP. Imprensa oficial do Estado, 2001.
- MATTOSO, Katia M. de Queirós. *Bahia, século XIX: Uma Província do Império*. RJ, Nova Fronteira, 1992.
- MORAIS, Maria Arisnete Câmara de. *Leituras de Mulheres no Século XIX*. Belo Horizonte, Autêntica, 2002.
- OLIVEIRA, Aline Paim. *A Paladina do Lar: Escrita Feminina Baiana (1910-1917)*. Dissertação de mestrado, Salvador, Pós-Graduação em Letras e Linguística/UFBa, 2000.
- PAIVA, Aparecida. *A Voz do Veto: a censura católica à leitura de romances*. Belo Horizonte, Autêntica, 1997.
- PERROT, Michelle. *Mulheres Públicas*. São Paulo, UNESP, 1998.
- PESSOA, Maria Nilda. “O Bordado das Relações Jornal/Leitoras ou a Rede de Sororidade”. In SIQUEIRA, Elizabeth Santos et alli. *Um Discurso Feminino Possível: pioneiras da imprensa em Pernambuco (1830-1910)*. Recife, Editora Universitária da UFPE, 1995, pp. 87-105.
- REVISTA A PALADINA DO LAR. Salvador-Bahia, 1910-1917.
- REVISTA A MENSAGEIRA. Revista literária dedicada à mulher brasileira. Vol. 1\2 (Edição Fac-similar). São Paulo, Imprensa Oficial do estado, 1987.
- REVISTA A VOZ. Bahia, outubro\1913 e junho\1915.
- SIQUEIRA, Elizabeth Angélica Santos. “Dos Alfinetes Aos Ideais”. In *Um Discurso Feminino Possível: pioneiras da imprensa em Pernambuco, 1830-1910*. Recife, editora Universitária da UFPE, 1995.

VARIKAS, Eleni. “Jornal das Damas. Feminismo no século XIX na Grécia”. *Revista de Sociologia*. São Paulo. Núcleo de Estudos da Mulher e Relações Sociais de Gênero / USP, 1979.

VIDAL, Barros. “A Primeira Jornalista”. In *Precursoras Brasileiras*. Rio de Janeiro, Ed. A Noite, s/d.